



IBITURUNA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA DIVISÃO DE LICITAÇÕES DO
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO BAIXO
JEQUITINHONHA – CIMBAJE**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2023

IBITURUNA COMÉRCIO DE PRODUTOS LÍQUIDOS MÉDICOS
HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 35.909.317/0001-
20, com sede na rua Israel Pinheiro, 447 bairro: São Pedro, Governador Valadares – MG
por seu procurador devidamente constituído, vem perante Vossa Senhoria, apresentar
IMPUGNAÇÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2022, conforme abaixo
transcritos os fatos e fundamentos.

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL



IBITURUNA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA

com fulcro no artigo 41, §1º c/c §2º, da Lei nº 8.666/93, e no item 16.4 do Edital da Concorrência em epígrafe, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

1. TEMPO PARA JULGAMENTO DESTA IMPUGNAÇÃO

A ora peticionaste, tendo interesse em participar da licitação supramencionada, retirou o respectivo Edital da Concorrência em epígrafe. Contudo, verificou que as condições definidas no instrumento convocatório contrariam às normas licitatórias, razão pela qual apresenta a presente impugnação.

Considerando que a abertura dos envelopes de habilitação está marcada para o dia 22 de Maio, os três dias úteis anteriores para a propositura da presente demanda se encerra em 16 de Maio. Portanto, em havendo a propositura até esta data, aplica-se o §1º do artigo 41 da Lei de Licitações, exigindo-se que a Administração julgue e responda a presente impugnação em até dois dias úteis, ou seja, até o dia 19 de Maio do corrente ano.

2. DOS FATOS E RAZOES

Está prevista para o dia 22/05/2023 às 09h, a abertura do Pregão Eletrônico nº 03/2023, para o seguinte objeto:

CONTRATAÇÃO DE Constitui objeto da presente licitação: Registro de preços para aquisição futura e eventual de Material Médico Hospitalar, Bens Duráveis, Saneantes e Reagentes que estão disponíveis no Banco de Preços desenvolvido pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), (disponível em [http:// Banco de Preços TCEMG](http://Banco de Preços TCEMG) - acesso público), para atender as necessidades dos municípios consorciados ao CIMBAJE.



IBITURUNA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA

Em detida análise ao edital contatou-se ilegalidades que afrontam o Comando Constitucional que determinou a realização de procedimento licitatório, a qual macula de forma cabal os Princípios norteadores da licitação, pois restringem a participação de potenciais licitantes, frustrando os princípios da isonomia e seleção da proposta mais vantajosa.

3. DO VALOR REFERENCIAL EXCESSIVO

Consta no Edital exigência de que o valor mínimo do desconto no item 1 material de consumo odontológico / bens duráveis odontológico e de 45%, já no item 2 reagentes/saneantes e de 15% e no item 3 materiais hospitalares/bens duráveis hospitalar e de 45%.

Abaixo planilha com a estimativa total dos serviços, objeto do presente edital, pelos municípios consorciados e participantes:

Tab.2 – Desconto mínimo aceitável

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO(R\$)	DESCONTO (%)
01	MATERIAL DE CONSUMO ODONTOLOGICO / BENS DURÁVEIS ODONTOLOGICO	R\$ 17.100.000,00	45,00 %
02	REAGENTES/SANEANTES		15,00%
03	MATERIAIS HOSPITALARES/BENS DURÁVEIS HOSPITALAR		45,00%

O referido pregão, do qual a nossa empresa deseja participar a qual tem como atividade distribuidora e atende outras prefeitura pelo Banco de Preços desenvolvido pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) , e o desconto estimado que compõe o processo, não cobre os custos da matéria prima dos produtos, frete e impostos.

Como sabido, as empresas participantes de qualquer processo licitatório necessitam seguir normas fundamentadas em lei, sempre visando estabelecer a seleção



IBITURUNA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA

da proposta mais vantajosa para a Administração e, por outro lado, sem perder de vista princípios gerais, visando garantir assim, principalmente, a igualdade e a competitividade entre os licitantes.

A estimativa de preços apresentada pela Administração Pública deve corresponder a uma contraprestação justa e razoável, de forma a cobrir os custos e permitir que o contratado aufera algum lucro. Tal estimativa de desconto é impraticável no mercado, pois sequer cobre os custos para a manutenção do serviço. Assim, o valor estimado para a prestação do serviço licitado supracitado, apresenta indícios de inexequibilidade, pois não é suficiente sequer para cobrir os custos do serviço, como o salário, os encargos incidentes sobre os salários, os insumos, taxa administrativa, lucros e tributos. Portanto, a ilegalidade da estimada pesquisa de preços constitui-se em vício insanável de origem, ficando o edital nulo de pleno direito e seus frutos sem efeito, tornando-o não adjudicável ainda que seja mantido o certame nas atuais condições. O valor não representa a realidade do mercado e corresponde a um valor abaixo do praticado pelas empresas que atuam nesse setor.

Consoante já afirmado, a Lei n. 8.666/93 prevê em seu art. 48, inciso II, a necessidade de aferição de preços exequíveis durante o processo licitatório. A administração deve se assegurar de que as propostas apresentadas sejam viáveis e, para tanto, deve certificar o preço por meio de documentos que comprovem que os custos envolvidos são coerentes com os preços de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato. Logo, sendo um valor insuficiente para cobrir os custos do serviço e em clara desconformidade com os preços usualmente praticados no mercado, esse valor inviabilizará a contratação por preço justo e razoável. Nesse sentido, a lição de Marçal Justen Filho:

“Ressalte-se que o preço máximo fixado pode ser objeto de questionamento por parte dos licitantes, na medida em que se caracterize como inexequível. Fixar preço máximo não é a via para a Administração inviabilizar contratação por preço justo. Quando a Administração apurar certo valor como sendo o máximo admissível e produzir redução



IBITURUNA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA

que tornar inviável a execução do contrato, caracterizar-se-á desvio de poder.” (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª Edição, 2005, Ed. Dialética, pág. 393).

A definição de preços inferiores aos praticados no mercado além de exigir atendimento com preços inexequíveis pode atrair para o certame empresas que não possuem capacidade de atender ao licitado, mas que participam como aventureiras com risco de não entrega do contrato ou entrega de produto divergente e de qualidade e durabilidade inferior. Tal fator gera para a Administração futura onerosidade excessiva.

O Tribunal de Contas da União manifestou-se sobre o tema, indicando a imprescindibilidade de consultar as fontes de pesquisa que sejam capazes de representar o mercado: ACÓRDÃO 868/2013 – PLENÁRIO 6. Para a estimativa do preço a ser contratado, é necessário consultar as fontes de pesquisa que sejam capazes de representar o mercado. A propósito, o Voto que conduziu o Acórdão 2.170/2007 – TCU – Plenário, citado no relatório de auditoria, indica exemplos de fontes de pesquisa de preço, in verbis: “Esse conjunto de preços ao qual me referi como “cesta de preços aceitáveis” pode ser oriundo, por exemplo, de pesquisas junto a fornecedores, valores adjudicados em licitações de órgãos públicos – inclusive aqueles constantes no Comprasnet –, valores registrados em atas de SRP, entre outras fontes disponíveis tanto para os gestores como para os órgãos de controle – a exemplo de compras/contratações realizadas por corporações privadas em condições idênticas ou semelhantes àquelas da Administração Pública –, desde que, com relação a qualquer das fontes utilizadas, sejam expurgados os valores que, manifestamente, não representem a realidade do mercado.” Nesse sentido a lição de Marçal Justen Filho: Ressalte-se que o preço máximo fixado pode ser objeto de questionamento por parte dos licitantes, na medida em que se caracterize como inexequível. Fixar preço máximo não é a via para a Administração inviabilizar contratação por preço justo. Quando a Administração apurar certo valor como sendo o máximo admissível e produzir redução que tornar inviável a execução do contrato, caracterizar-se-á desvio de poder. (in Comentários Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª Edição, 2005, Ed. Dialética, pág. 393).



IBITURUNA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA

5. DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Diante das sólidas razões supra, requer que se digne vossa senhoria em receber a presente impugnação e faça a alteração o edital:

- 1) Seja suspenso o edital, para a realização de nova pesquisa de preços, seja por solicitação por e-mail, ou por pesquisa na internet com empresas locais a fim de obter descontos justos para a obtenção da média dos descontos de referência.
- 2) Que seja republicado o edital, escoimado do vício apontado, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme §2º do artigo 12 do decreto 3555 de 2000. 5. E, por fim, solicitamos que, no caso de indeferimento da presente peça, o que se levanta a título meramente argumentativo, seja a mesma remetida à autoridade hierárquica imediatamente superior, para que tome ciência do assunto aqui tratado e emita seu parecer, apresentando os três orçamentos para conferência da descrição do item e do desconto apresentado, frente ao produto solicitado no edital.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Governador Valadares/MG, 16 de Maio de 2023.

REPRESENTANTE LEGAL



IBITURUNA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA

LETICIA DE OLIVEIRA TEIXEIRA
RG: MG-18.557.146 SSP / CPF: 122.589.776-90